

CLASSES HETEROGÊNEAS, DIVERSIDADE COGNITVA E A FORMAÇÃO DOCENTE

09/2011

Formação de Educadores

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

PICARELLI, Ivete
ivete.picarelli@uol.com.br

A Constituição Federal de 1988 e posteriormente a lei de Diretrizes e Bases de 1996 permitiram a ampliação do número de matrículas na educação ao garantirem a progressiva universalização da educação básica obrigatória e gratuita. Garantiram-se legalmente também valores mínimos das receitas a serem aplicados na educação: 18% da União, 25% dos Estados e 25% dos Municípios permitindo assim normatizar recursos destinados à educação.

Em 2006 o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - é ampliado para toda a educação básica e passa a ser denominado FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, um fundo de natureza contábil que envolve arrecadação de verba Federal, Estadual e Municipal e assim como seu antecessor FUNDEF estabelece normas que protegem os níveis salariais dos profissionais do magistério em todas as regiões do Brasil, permitindo também uma maior transparência na aplicação dos recursos e conseqüentemente maior nível de exigência e cobrança por parte da sociedade civil.

O processo de universalização da educação básica tem seus números ampliados também pelo aumento de programas sociais como o Bolsa Família que é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140,00 mensais, que associa a transferência do benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social (In: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br>).

A pressão da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases (1996) além dos fundos de investimentos para a educação e os programas sociais fizeram com que houvesse um aumento da escolaridade média em anos de estudo e do atendimento de alunos matriculados. A tabela abaixo¹ mostra a porcentagem de atendimento escolar em 2009 por faixa etária no Brasil e nas cinco regiões que o compõem:

TABELA 1: Atendimento

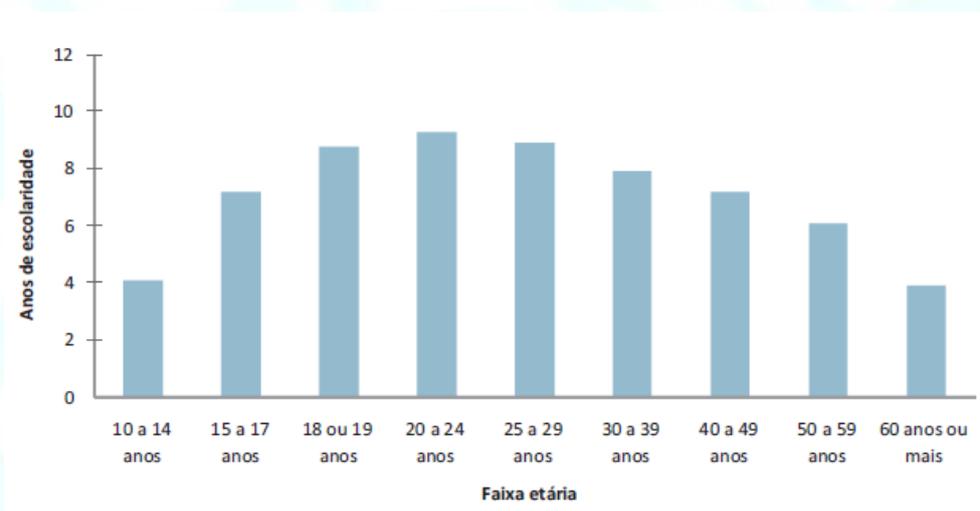
	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	4 a 17 anos
Brasil (2009)	84,60%	97,90%	82,20%	91,90%
Região Norte (2009)	77,20%	96,80%	81,70%	89,70%
Região Nordeste (2009)	89,00%	97,70%	81,10%	92,30%
Região Sudeste (2009)	88,00%	98,30%	84,80%	93,50%
Região Sul (2009)	75,20%	98,10%	79,40%	89,50%
Região Centro-oeste (2009)	77,60%	98,30%	80,40%	90,10%

A universalização da educação, ou seja, a meta de atendimento escolar obrigatório e gratuito a todos os brasileiros e brasileiras está prevista no Artigo 208 da Constituição Federal que garante a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009), está progressivamente sendo alcançada.

¹ Tabela retirada do site <http://www.todospelaeducacao.org.br> em 23/10/2010.

O Boletim da Educação do Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e no Caribe (PREAL, 2009) confirma também um avanço no número de matrículas e de inclusão quantitativa de alunos na escola, e uma tendência a aumentar o número de anos de permanência na escola conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Anos de escolaridade por faixa etária



Em contrapartida, categorias como desempenho dos alunos, padrões educacionais (currículo), plano de carreira docente e autonomia e autoridade da escola encontram-se num patamar aquém do desejável e sem perspectivas de uma melhora em curto prazo.

O desempenho escolar se revela em dados inquietantes, pois segundo o Boletim do PREAL /2009 (p.15) não foram observadas mudanças sensíveis no desempenho de um nível de ensino para o outro, ou seja, ao final do ensino médio a grande maioria dos alunos não possui ao menos as competências e habilidades esperadas ao término do Ensino Fundamental. Comparando-se o Brasil com os países da América Latina, (Id.Ibid., p.14) observa-se também uma grande taxa de alunos brasileiros com baixo desempenho escolar.

A avaliação de processos educativos e do desempenho escolar é um instrumento importante e necessário para aferir a qualidade dos mesmos. É através da

avaliação que se torna possível monitorar o desenvolvimento de uma política pública e de eventuais intervenções e redirecionamentos necessários e atualmente o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e a Prova Brasil como instrumentos confiáveis de avaliação no âmbito federal.

Em São Paulo, as escolas públicas estaduais possuem o SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo - uma avaliação externa criada em 1996 e que em 2007 foi modificada nos mesmos moldes que o SAEB, com a mesma metodologia de aplicação de questões e análise dos dados. Além de utilizar a mesma matriz de competências e habilidades do MEC. O desempenho é medido também pelo IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – que agrega as competências e habilidades medidas pelo SARESP, ao fluxo escolar (evasão, reprovação) e institui metas a serem alcançadas. Estas metas quando alcançadas bonificam o salário da comunidade escolar.

Dentro do quadro de baixo desempenho dos alunos brasileiros e fazendo-se uma análise numérica comparativa entre o Estado de São Paulo e o Brasil os indicadores de desempenho como o ENEM, Prova Brasil, SAEB e IDEB indicam uma situação melhor no desempenho escolar do Estado de São Paulo em todas as categorias de ensino. Porém, em análise mais minuciosa vê-se que os dados de São Paulo em relação a outros estados brasileiros não são os melhores, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: Elaboração própria. Análise comparativa de desempenho entre quatro Estados e o Distrito Federal com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhantes²

² [Http: //todospelaeducacao.org.br](http://todospelaeducacao.org.br) < acessado em 28/10/2010>.

META 3: DESEMPENHO

	Distrito Federal	Minas Gerais	Rio de Janeiro	Santa Catarina	São Paulo
4º/5º EF - Port. (2007)	45,7 %	34,9 %	33,5 %	34,9 %	37,5 %
4º/5º EF - Mat. (2007)	39,0 %	32,3 %	27,5 %	30,8 %	32,8 %
8º/9º EF - Port. (2007)	29,0 %	25,0 %	23,3 %	21,7 %	24,2 %
8º/9º EF - Mat. (2007)	22,1 %	20,0 %	15,0 %	17,0 %	16,5 %
3ª EM - Port. (2007)	43,3 %	31,6 %	26,9 %	27,1 %	28,3 %
3ª EM - Mat. (2007)	17,8 %	13,9 %	10,1 %	11,6 %	10,7 %

Portanto, têm-se grandes avanços no atendimento, na matrícula, nos anos de permanência, em contrapartida o Brasil deve procurar caminhos para melhorar o desempenho escolar.

O que se vê então, é que enquanto a questão inclusiva no quadro educacional brasileiro está praticamente resolvida quando se trata de quantidade ela ainda engatinha quando se avalia a qualidade. O que nos leva a refletir sobre uma nova forma de manifestação de exclusão, que escondida atrás de números quantitativos, ou escancarada através de análises qualitativas, se faz perversa e limitadora para os que saem da escola sem ao menos conseguir interpretar uma leitura ou um gráfico.

Diante da situação exposta, o professor, deverá ter inúmeras competências, não somente a técnica, para que consiga efetivar sua ação perante a imensa diversidade cognitiva e sociocultural existente em seu local de trabalho.

Neste século XXI com o crescente desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, a marca do século é a sociedade do conhecimento. E neste contexto atual, a partição de tarefas no trabalho dá lugar à visão total do processo, a habilidade manual perde força diante de habilidades intelectuais necessárias como a autonomia, a flexibilidade, o trabalhar em grupo, o conviver, o contextualizar e o decidir.

Esta nova sociedade do conhecimento onde se valoriza a teoria aplicada, repensada e refeita às exigências práticas, se faz necessário um repensar sobre o fazer e a formação docente.

Atualmente a docência é um trabalho socialmente reconhecido: a formação profissional normalmente exige o ensino superior, as escolas seguem uma normatização dividida em séries, anos e classes que apresentam grande diversidade de alunos, mas que funcionam cotidianamente de maneira semelhante e tradicional. Os docentes trabalham em escolas que seguem padrões de organização estrutural de um sistema de ensino e de órgãos sindicais.

Portanto, o trabalho docente nos dias de hoje assume uma identidade geral que o formaliza e o codifica, porém não se pode negar certa ambigüidade neste contexto, pois o trabalho docente tão bem definido e planejado, ao ser executado se desvenda em múltiplas dimensões, mostrando um sistema complexo, onde as incertezas e os imprevistos modificam a ação, a intenção e a identidade docente.

Este sistema complexo define uma ação de trabalho que muitas vezes pode fugir do controle do trabalhador sob diversos aspectos, pois é influenciado pelo contexto sociocultural do aluno, da comunidade local, das diferentes identidades dos agentes escolares. Além disso, é um trabalho que possui uma dimensão forte de afetividade e exige interação.

Ao encarar a docência somente como transmissão de informações e conteúdos sem critérios, com objetivo final de cumprir planos de ensino institucionalizados e quantidade de informações, corre-se o risco de desvincular o processo de ensino ao de aprendizagem.

Portanto, o papel docente formalizado, codificado é forte e é responsável por manter a existência de uma ordem escolar, mas não é menos importante que seu papel de ator social.

Segundo Tardif (2009) a identidade do trabalho docente contemporâneo inclui essas ambigüidades contraditórias e complementares onde se tem ao mesmo tempo uma ação formalizada /maleável, autônoma /institucionalizada e produzida pelas interações humanas.

O trabalho docente, segundo Sacristán (1999) é uma relação dialógica entre teoria e prática. Esta relação envolve algumas variáveis que vão além da habilidade instrumental formalizada e codificada, pois o trabalho docente extrapola esta dimensão pela necessidade de interação. São variáveis que configuram o trabalho docente e não podem ser desconsideradas pelos diferentes atores envolvidos nos processos educacionais e que estão resumidas na figura abaixo:

FIGURA 1: Elaboração própria

Ação educativa: racionalidade dialógica entre Teoria e Prática



Portanto, segundo Sacristán (1999) a ação educativa resultante do trabalho docente depende atualmente de variáveis próprias da diversidade sociocultural e cognitiva e da formação docente para saber interagir com estas variáveis.

Feldmann (2009) indica que a ação do professor assim como sua formação não deve se restringir á dimensão instrumental, e o papel da educação mais do que um simples repasse de conteúdos se faz por um processo histórico e social:

Não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos na prática social da qual a escola faz parte, humanizando-nos uns aos outros. Este processo histórico e social chama-se educação, corporificada na relação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, a formação continuada de professores, articuladas aos fazeres da e na escola, além de uma formação compartilhada. É também uma autoformação, uma

vez que os professores reelaboram os seus saberes em experiências cotidianamente vivenciadas (FELDMANN, 2009, p.79).

Políticas públicas de formação universitária e de formação continuada do professor e da equipe de suporte pedagógico da escola, responsáveis diretos pelo desempenho dos alunos devem, portanto ser discutidas, analisadas, avaliadas e ter ações específicas levando em conta a interação humana exigida pelo fazer docente para se evitar o fracasso escolar em larga escala.

Referencial Bibliográfico

FELDMANN, MG. *Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade*. Cap.1, p.19 a 34. São Paulo: Senac, 2009.

PREAL. *Saindo da Inércia?* Boletim da Educação no Brasil. 2009.

SACRISTÁN, GJ. *Poderes Instáveis em Educação*. Porto Alegre: Editora ARTMED, 1999.

TARDIF, M e LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

<http://mec.gov.br>

<http://bolsafamilia.datasus.gov.br>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil>

<http://www.inclusaoediversidade.com/2010/04/conae>

<http://www.todospelaeducacao.org.br>